



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 20 DE OUTUBRO DE 1999

Senhor Ministro Alcides Tápias; Doutor Edmundo Klotz, que é o Presidente da Abia; Senhores Presidentes e Representantes das demais entidades do setor de alimentação que aqui falaram: Alencar Burti, Ermínio Alves Lima Neto, Jean Dunkl Júnior e Arthur Bueno de Camargo; Senhoras e Senhores,

O dia, hoje, começou auspicioso, pelo menos para mim, porque acompanho as notícias aí pelo computador. Vi que os dados sobre o desemprego do mês de setembro apresentam uma queda razoável, se comparados com o desemprego no mês de setembro do ano passado. Eles são melhores ainda quando se sabe que os dois meses anteriores já haviam apresentado uma estabilidade na tendência que até então prevalecia de agravamento da situação do desemprego.

Agora, com essas declarações, aqui, dos Senhores e com as perspectivas que todos reconhecem e que estão sendo abertas pela economia brasileira para o próximo mês, é de se esperar que essa tendência se materialize, se concretize de tal forma que possamos vir a ter um fim de ano melhor para as famílias dos brasileiros, sobretudo para os mais

pobres, para as donas de casa, para os trabalhadores, para aqueles da classe média que têm direito a uma expectativa de um Natal mais feliz.

Pode parecer palavras vãs, mas elas estão embasadas no que foi dito pelos senhores que aqui se manifestaram. Não é segredo para ninguém que o Brasil conseguiu derrotar a inflação duas vezes. A primeira com o Plano Real, lá atrás, que significou um esforço muito grande e que teve efeitos até distributivos, ou seja: a renda relativa dos mais pobres cresceu, num dado momento, de modo tal que diminuiu a diferença entre os mais pobres e os mais ricos.

Depois, com as crises que ocorreram em 97, na Ásia, e em seguida, a crise da Rússia que atingiu a nós próprios, houve como um momento de estagnação, de paralisação daquele impulso que vinha vindo e um temor imenso de que, neste ano de 99, não fôssemos capazes de controlar os fatores que haviam desatado tempestades tão fortes na nossa economia.

Não obstante, conseguimos vencer a inflação pela segunda vez. Devemos muito aos que aqui estão presentes. Na luta, na batalha pela manutenção dos preços, relativamente controlados, foi importante que tivesse havido o que houve: o rechaço à transferência, muita vezes indevida, de aumentos de preços em função da desvalorização da moeda. A maturidade da sociedade brasileira, uma vez mais, derrotou a especulação.

Isso não quer dizer que não tenhamos tido ajuste de preços, alguns deles desagradáveis e, por consequência, que a população não tenha sofrido e não tenha a sensação – que é correta – de que os preços subiram. Alguns preços subiram, efetivamente, apesar desse esforço grande. Subiram preços básicos da energia, porque o petróleo é importado. Naturalmente, além da desvalorização da moeda, houve o fator do aumento do preço do petróleo. E houve, também, ajuste de preços de energia elétrica e da energia em geral pelos contratos existentes com as companhias de energia, porque, também, houve um encarecimento dos fatores de produção. Houve aumentos de difícil justificativa em alguns setores. Por exemplo, o setor de medicamentos. Freqüentemente há referências a isso, e o Governo tem atuado no sentido de contra-

atacar e verificar o que é certo e o que não é, para que esses fatores sejam controlados.

Não obstante, em termos médios, houve a possibilidade de controlarmos aquilo que podia ser uma espiral inflacionária. E a subida de preço se localizou em alguns setores sem haver a transferência em cadeia para outros setores.

Vamos continuar lutando nessa mesma direção. Os senhores continuarão a ser essenciais nesse processo – na negociação, agora, para os preços de fim de ano – para que não haja, de novo, a tentativa de transferir o que não é aceitável para o consumidor final e para o intermediário: os custos que, muitas vezes, não são justificáveis em função da alta do dólar. Até porque, como toda gente sabe, a economia brasileira, a despeito de tudo, ainda é muito fechada. Nós importamos 50 bilhões de dólares e produzimos 800 bilhões de dólares. Portanto, na verdade, o peso relativo do ajuste do dólar sobre o conjunto da economia não tem esse valor que, muitas vezes, se atribui como justificativa para aumentar preços que não podem ser justificados por aí, e que não devem ser aumentados. O fato de termos uma economia relativamente fechada ocasiona problemas, mas, deste ângulo, é uma defesa. O preço do dólar não é um indicador, não é um índice do preço em reais. Pela razão que eu já disse e que é óbvia: 50 bilhões *versus* 700, 800 bilhões. Logo, uma parte pequena que pode ser eventualmente afetada e, notadamente, os preços, como eu já disse aqui, de gasolina, de petróleo, já receberam um conjunto de ajustes. E o Governo tem feito o possível para controlar essa situação.

Há, portanto, fundadas razões para o otimismo que vejo renascer e que, em mim, nunca morreu. Nunca morreu porque quem exerce a função de Presidente da República não pode se deixar abalar pela contingência momentânea, por conjunturas, por críticas e até por injustiças. Não cabe ao Presidente esse lado, digamos assim, pessoal. Não cabe. Ele tem que ter a capacidade de olhar o futuro, olhar o Brasil, ver as dificuldades e apontar caminhos que levem o país a um crescimento sempre possível, desde que tenhamos empenho nele, como eu tenho.

Então, a mim nunca abalou. Vejo que, agora, os sinais de otimismo voltam com mais força no conjunto da sociedade. E esses sinais de otimismo estão embasados nos dados que aqui foram mostrados, que são objetivos, das modificações havidas no Brasil.

Seria muito ruim para o Brasil, ao nos aproximarmos, todos nós, do fim do milênio e dos 500 anos do Brasil, que não voltássemos a ter uma crença muito positiva no nosso futuro e na nossa gente. Porque não há razões para isso. Se houvesse, seria trágico. Não há razões para isso. Nós – repito – vencemos batalhas importantes. O povo pagou um preço, e isso há de ser reconhecido. Em conjunto, pagamos um preço, mas os mais pobres especialmente. Aliás, os mais pobres nem tanto, porque as medidas de proteção que existem no Brasil para os mais pobres permitem uma certa acomodação. Não que seja boa a situação, mas faz-se um grande esforço para que não piore mais ainda. Tanto que a cesta básica – nós cuidamos sempre que os mais pobres tivessem uma – está sob certos níveis de variação que nunca chegaram a ser muito grandes. Mas as outras camadas sim, sofreram em função disso.

Ora, se nós, hoje, temos essa possibilidade de olhar, portanto, com mais otimismo, temos, também, que aproveitar esses momentos para corrigir desvios que, eventualmente, hajam ocorrido, ou mesmo para aproveitar a nova situação, para retomar processos que antes foram interrompidos.

E me alegrou muito também, esta manhã, o fato de estarmos conversando com setores que não são habituais nessas conversas. Dei uma entrevista recentemente a *O Globo*, do Rio de Janeiro, onde eu dizia que há uma nova sociedade no Brasil. E que essa nova sociedade não se faz representada ainda. E que a sociedade mais antiga está incrustada nos órgãos de representação. Isso vale para tudo, para os órgãos sociais, incluindo os sindicatos, para as igrejas, para os órgãos de classe, para os parlamentos, para os governos, para tudo.

Isso não é uma crítica a um setor da sociedade. É o reconhecimento de que as transformações ocorridas no Brasil foram de tal monta e magnitude que criaram novos atores. E esses novos atores ainda não têm um protagonismo correspondente à força de que eles já dispõem.

De alguma maneira, os Senhores são parte desses novos atores. Aqui estamos ouvindo falar de setores que não costumavam falar com o Presidente da República, nem falar à sociedade brasileira. E que têm uma força nova de representação que tem de ser buscada. Isso tanto no setor de trabalhadores quanto no setor de empresários e no setor de profissionais. Enfim, os vários setores da sociedade brasileira.

Nesse reamanhecer do Brasil, temos que olhar para esses setores com mais carinho. Aqui, alguém terminou a frase, acho que foi o Burti, dizendo o seguinte: "É preciso ser grande olhando os pequenos." Pois bem, o momento é do que se chama de pequenos, que são grandes, em todos os aspectos: a pequena empresa, a microempresa, a pessoa, o pequeno sindicato, aquele que não tem representação, a pequena unidade de produção familiar que está no campo, que está começando a sobreviver. O momento é para o pequeno. É buscar nos institutos de crédito, por exemplo, a Caixa Econômica Federal. Atender às demandas da família, do trabalhador isolado, da pequena classe média que não tem, muitas vezes, nem onde buscar aval. Então aceitar um pouco a circunstância brasileira e dar, emprestar sob o fundamento de que a pessoa precisa daquilo e vai pagar, e paga mesmo. Porque o pequeno paga. O sistema de crédito do Brasil tem muita dificuldade – o Ministro Alcides Tápias sabe disso – para atender o pequeno. Se tiverem prestado atenção ao que o Governo fez, nestes últimos dois meses ou três meses, depois do novo Ministério de julho, quando percebemos que havíamos ganho a batalha maior, que era a de manter uma economia sob controle, verão que nos preparamos para o futuro, encarando esse futuro não apenas naquilo que é essencial: a grande empresa, o capital internacional, as multinacionais brasileiras e estrangeiras e tudo isso que é importante que exista e que dê força, mas encaramos, também, o conjunto da nova sociedade que tem que ser incorporada neste elã de desenvolvimento, neste elã de transformação.

Assim foi feito e vai continuar sendo feito. Mencionei os programas de habitação popular, a restauração do crédito para a casa própria, a busca de novos mecanismos de financiamento, mecanismos de giro rápido para que as pessoas possam chegar rapidamente à instituição

bancária e obter um pequeno empréstimo para uma pequena obra que estejam realizando na sua casa. Assim está sendo feito no Sebrae, com apoio do Sebrae, para que seja possível colocar a pequena e a microempresa para poder exportar. Assim está sendo feito no BNDES, cuja história foi a história da construção do grande capitalismo brasileiro. Foi muito importante.

Agora, o BNDES começa a ser uma instituição que também se preocupa com a pequena e a média empresa, e até com a micro, até com o microcrédito, que é uma novidade no Brasil. Hoje, existe o microcrédito e está começando a ter uma fluidez maior, uma capilaridade maior. Assim está sendo feito no campo, onde o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) é algo extraordinariamente positivo, que é o crédito para a pequena unidade familiar de produção, que era zero. Não havia. Nós criamos.

Neste ano, o Pronaf tem R\$ 3,4 bilhões à disposição do pequeno proprietário e do assentado, que passa, também, a ser atendido por ele, para criar um novo mundo rural, baseado também na pequena unidade, no trabalhador que não é do campo, mas que está no campo. Às vezes, é uma ocupação urbana, mas que serve àquela microprodução rural que está começando a renascer no Brasil. Assim está sendo feito. O Programa de Recuperação Fiscal – o Refis – foi aqui mencionado. É um esforço para colocar em ordem as dívidas, com o governo, das empresas que tiveram problema por causa das crises pelas quais passamos, como as taxas de juros e tudo mais.

Poderá vir um outro problema a ser resolvido. Mas o caminho foi aberto para que houvesse uma atenção especial à pequena empresa, à microempresa e também à grande empresa, em certas circunstâncias, para refazer seus débitos e restabelecer seu crédito com as entidades públicas, como o INSS, como a Receita Federal ou onde mais seja necessário que se atue. Assim foi ouvido e recolho a sugestão no que diz respeito à liberação dos compulsórios.

Tenho certeza de que o Ministro Tápias, assim como o Doutor Armínio Fraga são sensíveis, estão trabalhando para buscar uma fórmula que não leve à reconstituição dos erros do passado, ou seja, que não leve nem

ao cartório, ao privilégio, nem à possibilidade de utilizar esses instrumentos para novos mecanismos que não são corretos. Estamos trabalhando nisso.

Todos estão assistindo ao esforço imenso do Banco Central para, exatamente, atingir o consumidor lá na ponta e, portanto, a família que vai consumir, na luta pela baixa da taxa de juros. Abrimos uma batalha que vai ser grande, porque isso não se resolve com uma penada do Presidente da República. Não é a vontade política que resolve. É outra coisa. É o conjunto das ações da sociedade para que possamos avançar.

Estamos entrando nessa batalha com muita persistência, no que diz respeito à manutenção da tendência da baixa da taxa de juros, não apenas a taxa de juros Selic, ou seja, o dinheiro que o governo paga quando toma emprestado, mas fazendo um esforço para que isso tenha efeito efetivo no conjunto do crédito que existe no Brasil. Quem for olhar o crédito hoje, no setor agrícola, vai ver que o pequeno, a unidade familiar de produção paga 4,75% ao ano. Ou seja, os juros são subsidiados, porque a inflação é de cerca de 7% a 8%. E o empresário que não é pequeno, até certo nível, dependendo da cultura de produção, paga 8,75% ao ano. Ou seja, próximo a zero. É bom que se diga isso.

Da mesma maneira, fizemos um esforço grande e modificamos a Taxa de Juros de Longo Prazo, que é a taxa de juros que financia o setor produtivo no investimento. Essa taxa de juros hoje está em 12,5%. Ela mudou a sua composição de tal maneira que à medida que for baixando a taxa de inflação e as condições que vierem a ser asseguradas, de diminuição do risco Brasil através das medidas que o Congresso está tomando, ela tem uma tendência de queda.

Ainda ontem, outra vez, os Presidentes do Banco Central e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social declararam que esperam que, no próximo ano, ela esteja num dígito só. Hoje, ela é de 12,5% mais a TR. A TR caiu bastante. Desconta-se a inflação. Isso vai dar, hoje, uma taxa de juros que não é muito além de 6%, 7%. Podemos, pelas razões que mencionei aqui, baixar mais ainda. Portanto, quando se fala em juros, não são apenas os juros do crediário, não são só os juros do cheque especial. Nós temos muitas taxas de juros no Brasil.

E as taxas de juros para produção, nós baixamos consideravelmente nos últimos tempos. Vamos continuar nessa luta para baixar, sem, também, deixar de ter uma luta contínua para baixar a taxa de juros do consumidor individual no crediário, e assim por diante.

Isso vai depender de os bancos se organizarem melhor também, de terem melhores cadastros de crédito, de terem menos gastos suntuários. Não é um esforço do governo apenas, é um esforço que tem que ser também do setor produtivo, é preciso que haja pressão crescente na sociedade para que esses processos ocorram.

De qualquer forma, estou reiterando essa nossa decisão na direção do pequeno, do micro, da pessoa, da família, do mais pobre, da luta contra a pobreza. Estamos reatando o Brasil com o futuro. Reatando o Brasil com uma esperança concreta, porque é realizada na prática de crescimento econômico, portanto, de diminuição do emprego.

Isso, evidentemente, não significa que nos falte caminho ainda a percorrer. Falta. Falta algo muito importante que é a continuidade desse processo de reformas. Pode parecer cansativo falar em reformas. Há cinco, seis anos, falo em reformas. Consigo fazer algumas, mas se não se reformar, não avança o Brasil. Não avança o Brasil. E reforma não é em detrimento do mais pobre, do povo, como fazem crer os adversários, a oposição irresponsável. Não. É no sentido da criação de condições para atender melhor o país e o povo. E, sobretudo, o povo mais pobre.

Em todo esse processo de transformação que desencadeamos no Brasil, nunca deixamos de olhar os dados sociais. Todos, com exceção do emprego, todos, sublinho, são positivos. Aqui foram mostrados alguns dados sobre a questão da educação. Cada vez que se olham os dados da educação, renovam-se as energias e as esperanças, porque são muito positivos.

Os dados da saúde começam a apresentar resultados positivos. Os dados de acesso à terra, da mesma maneira, são positivos. Os dados de saneamento básico, onde ainda falta muito, é um setor em que se há de trabalhar muito, inclusive na parte de financiamento da habitação e do saneamento, também começam a dar sinais positivos. Não existem muitos exemplos de países que tenham feito os ajustes que fize-

mos, que tenham lutado contra a inflação com a energia com que lutamos, que tenham lutado pela estabilidade como lutamos, que tenham se metido em reformas como nos metemos, que tivessem, ao mesmo tempo, olhado para o lado social. A maior injustiça que a oposição comete para o Brasil e para o mundo é dizer que não estamos cuidando do social. Isso é mentira, é mentira. Se fosse verdade, eu não teria sido reeleito. Não tenho termo de nenhuma comparação histórica, no mesmo período de tempo, quando o Brasil produziu efeitos, resultados sociais tão positivos. O que não quer dizer que não falte muito, como eu estava dizendo. Falta muito.

Quando se começa um processo de melhoria, é natural que as pessoas queiram mais. É natural que cobrem mais, mas não é natural que se use essa vontade justa de querer mais como se fosse o argumento para dizer que não está sendo feito nada. Porque, aí, é má-fé. Aí, é tentar enganar o povo, tomando, realmente, uma vontade de melhorar para confundila, como se o Governo estivesse de braços cruzados vendo as coisas piorarem, quando não é verdade. O governo está, ativamente, evitando que as coisas piorem, tratando de que elas melhorem e com um rumo muito definido. Este rumo vai precisar, crescentemente, do apoio da sociedade. E ele tem que ser traduzido em decisões do Congresso, que está decidindo, que continua avançando. Talvez não com a pressa necessária. A reforma tributária, mencionada aqui, é um caso em pauta. A questão relativa à desoneração dos produtos de alimentação é um caso a ser apoiado efetivamente. Existem já iniciativas nessa direção, porque há estudos que mostram que, reduzindo-se os impostos na alimentação, melhora a condição de vida do povo, da saúde, enfim, de tudo aquilo que é essencial para a população. Como sabem os Senhores melhor do que eu, esse tributo diz respeito, basicamente, aos estados, que é o ICMS, que tem de ser reduzido.

Então, é uma matéria difícil de ser tratada, a não ser no âmbito da reforma tributária. Aí, sim, se pode fazer uma renegociação para que haja outros mecanismos de compensação para eventuais perdas que os estados possam vir a ter aqui ou ali. Mas, de qualquer forma, quero reafirmar minha disposição de apoiar não só a reforma tributária, mas a continui-

dade do processo de transformação no Brasil. De continuar na luta pelo combate ao déficit público, apesar das incompREENSões.

Agora, a luta principal, nesse momento – e terei essa semana um encontro com governadores, outra vez –, é para mostrar que criamos uma situação de desigualdade. Criamos, de novo, uma situação em que os que trabalham vão ganhar menos do que os que estão aposentados. Os ativos vão ganhar menos do que os inativos. Ora, no mundo todo é ao contrário. Aqui, pelas decisões jurídicas tomadas, quem estiver trabalhando e quiser ganhar mais deve pedir, o mais depressa possível, a aposentadoria. É impossível. É uma situação patética para um país, embora jurídica. Então, portanto, tem que haver uma correção disso, porque foi criada a desigualdade. E só no setor público. E não para os que ganham menos no setor público, porque eles estavam de qualquer maneira exonerados. É para os que mais ganham no setor que se criou uma situação em que vão ganhar mais ainda. Isso é um privilégio, isso é injusto e isso não tem nada a ver com a luta dos funcionários, que sempre foram a favor da paridade. Quebramos a paridade em desfavor dos funcionários ativos, em benefício dos inativos. Não há lógica nisso.

Então isso tem que ser, efetivamente, enfrentado por uma questão de justiça. Não é só uma questão de equilíbrio fiscal. Não é justo para os que estão trabalhando. E também não é justo – todo mundo sabe – porque a massa dos funcionários ativos vai tender a ser menor do que a dos inativos. Como é que se resolve essa questão? Tem que haver uma solução. E é um setor tão pequeno, isso pega menos de 1 milhão de pessoas. Não é possível que o conjunto da sociedade fique com uma conta de 35 bilhões de reais, fora os juros. Com os juros isso aí vai a quase 50 bilhões de reais todo ano, para manter uma situação de desigualdade e de privilégios.

Portanto, a questão é impopular, quando se explica. Impopular é a defesa do privilégio, e privilégio dos ricos, como se fosse dos pobres. Mas não. O trabalhador do INSS se aposenta com um teto de 10 salários. Ele se aposenta, em média, com 2 ou 3 salários mínimos, e se aposenta, em média, com 60 anos de idade. É só comparar o que acontece com o INSS com o que acontece no setor público para se ver que há outra

iniqüidade aí. Há uma outra desigualdade aí, e tem que ser corrigida. Direito é uma coisa, privilégio é outra.

Isso está bloqueando a possibilidade, até mesmo, de o governo melhorar o salário dos que estão em atividade. Porque cada vez que melhora aqui, aumenta o déficit lá. Temos que sair dessa armadilha institucional, jurídica, na qual estamos.

Então, esse mesmo elã pelas reformas que eu tinha, quando fui Ministro da Fazenda, mantenho com mais força hoje, porque conheço mais a realidade brasileira e sei que é preciso introduzir modificações.

Quero terminar agradecendo imensamente a presença dos senhores, o apoio que estão trazendo, as reivindicações justas que trazem também. Quero, ao agradecer, dizer-lhes que também espero que não seja uma eventual visita, um eventual contato com setores tão importantes, e que normalmente não têm a participação mais ativa na definição dos rumos do país. Mas que seja, realmente, como disse, um reencontro, assim como nós estamos fazendo o Brasil se reencontrar com suas melhores esperanças.

Muito obrigado.